

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

| INSTITUIÇÃO DE ENSINO | |
|----------------------------|--|
| MANTENEDORA | Unieducar Inteligência Educacional Ltda |
| NOME DE FANTASIA | Unieducar |
| CNPJ | 05.569.970/0001-26 |
| REGISTRO SICAF – PJ | 170038 |
| REGISTRO ABED | 5.139 – Categoria Institucional |
| REGISTRO CFA/CRA | PJ – 3457 – CE |
| REGISTRO MEC | 43970 – SISTEC |
| CRENCIAMENTO | Parecer CEE-CE No. 305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional |

METODOLOGIA

O conteúdo dos programas de qualificação profissional pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. É apresentado em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O conteúdo é composto de diversos tipos de objetos instrucionais, como por exemplo: videoaulas; audioaulas; e-books; vídeos interativos; games; e fóruns de debates, dentre outros. A navegação no AVA é bastante intuitiva e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O programa de capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

| ATIVIDADES/HORÁRIOS | 08h-09h | 09h-10h | 10h-11h | 11h-12h | 12h-14h | 14h-15h | 15h-16h | 16h-17h | 17h-18h |
|---|---------|---------|---------|---------|-----------|---------|---------|---------|----------|
| Videoaulas Audioaulas | | | | | INTERVALO | | | | |
| E-books Audiobooks | | | | | INTERVALO | | | | |
| Atividades/Interação | | | | | INTERVALO | | | | |
| Suporte c/Tutoria | | | | | INTERVALO | | | | |
| TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES | | | | | | | | | 8 (OITO) |

SINCRONICIDADE

Os cursos/eventos são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO

Os cursos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento da ação de desenvolvimento e do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. Os eventos online preveem a participação dos inscritos nos respectivos fóruns de debate, onde é possível – além da criação de tópicos de discussão específicos, realizar contribuições e interações nos tópicos já ativos, criados por outros participantes. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e administração do curso é preferencialmente online, podendo ser agendadas ações em outras modalidades, como videoconferências, chats etc. A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

Nos cursos, a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de atividades complementares durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em

eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) nas atividades e avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os programas apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING

Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, envolvendo rotinas de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados.

MATERIAIS DIDÁTICOS

O conteúdo programático é lastreado em uma diversidade de objetivos instrucionais que compõem o material didático. Todos os programas passam por rotinas de constante atualização e enriquecimento por parte do corpo docente da instituição. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados: videoaulas; audioaulas; livros eletrônicos (e-books e audiobooks); vídeos interativos; fóruns de debate; testes; e games, por exemplo, além de conteúdo extra com material relacionado.

INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO

Os programas de formação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso.

SOBRE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Desde 2003 a Unieducar Universidade Corporativa atua com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Somos cadastrados junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atendemos mediante Nota de Empenho a todos os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Prática Jurídica

CARGA HORÁRIA: 340 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 43 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 120 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

O objetivo do **curso online Prática Jurídica** é ajudar advogados na construção de uma carteira de ações cíveis através de uma metodologia simplificada, mostrando passo-a-passo como criar seu portfólio processual, desenvolver sua estratégia e ir à campo.

Ao longo da minha carreira como advogada civilista identifiquei as melhores oportunidades e alavanquei meu escritório através dessas estratégias mercadológicas e processuais, o que possibilitou (além de ótimos honorários) levar justiça a famílias completas que necessitam na nossa orientação e redução de custos aos meus clientes pela falta de conhecimento e falta de acompanhamento jurídico. O ponto principal é que somos **advogados unidos contra a falta de informação sobre a Justiça!**

O curso é 100% online como se fossem aulas presenciais, mas sem perder tempo precioso no trânsito, com videoaulas, E-book digital com material completo para que você inicie hoje a Advogar na área cível sem medo e sem receio de como e o que deve fazer nas suas ações e como conversar com o cliente, o que deve perguntar, quais documentos solicitar a seu cliente e juntar a sua peça processual, onde teremos um mar de peças prontas para serem utilizadas com fundamentação jurídica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:

O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, conseqüentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

AÇÕES DIVERSAS PARA INICIAR OS ESTUDOS DE PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL

Ação de Inventário com uma Petição com as Primeiras Declarações; Ação de Alvará Judicial com uma Ação Pedindo Expedição de Alvará para o Levantamento de Saldo das Contas PIS e FGTS; Ação de Notificação Judicial com uma Notificação quanto a fim de Comodato Firmado por Prazo Indeterminado;

Ação Pauliana ou Revocatória com uma Ação Pauliana ou Revocatória; Ação de Produção Antecipada de Prova com uma Ação Requerendo a Produção Antecipada de Prova Pericial;

Ação de Produção Antecipada de Prova com uma Ação Requerendo a Produção Antecipada de Prova Testemunhal;

Ação Redibitória com uma Ação buscando a Rescisão de Contrato de Compra e Venda em Razão de Vício Redibitório;

Ação de Reintegração de Posse em Comodato com uma Notificação Extrajudicial; Ação de Suprimento de Idade;

Ação de Suprimento de Registro Público com uma Ação Requerendo Registro Tardio; Ação de Suprimento de Registro Público com uma Ação Buscando Suprimento de Registro não Localizado.

AÇÃO DE ALIMENTOS, EXONERAÇÃO, REVISIONAL

Ação de Alimentos com uma Ação de Alimentos Movida pelo filho em Face de Genitor; Ação de Alimentos com uma Ação de Alimentos em que Genitor Idoso

pede Alimentos para Filhas Maiores; Ação de Alimentos com uma Ação de Alimentos Movida por Mulher Contra seu Ex-marido;

Ação de Alimentos em uma Ação de Alimentos em que o Genitor Oferece Alimentos para os seus Filhos; Ação de Alimentos em uma

Ação de Alimentos em que Menor Pede Alimentos para os Avós Paternos; Ação de Alimentos em uma Petição Requerendo

Reconsideração do valor Fixado a Título de Alimentos Provisórios em Ação de Alimentos; Ação de Alimentos Gravídicos; Ação de

Exoneração de Pensão Alimentícia com uma Ação de Exoneração Arrimada na Maioridade do Filho; Ação de Exoneração de Pensão

Alimentícia com uma Ação de Exoneração Cumulada com Revisão de Alimentos; Ação de Homologação de Acordo com uma

Petição una, Discriminando o acordo e Requerendo sua Homologação; Ação Negatória de Paternidade; Ação Revisional de

Alimentos com uma Ação Buscando Aumentar o Valor da Pensão Alimentícia; Cumprimento de Obrigação de Prestar Alimentos com

uma Execução de Alimentos com Pedido Penhora no caso de não pagamento; Cumprimento de Obrigação de Prestar Alimentos

com uma Execução de Alimentos com Pedido de Prisão, Distribuído em Comarca Diversa daquela onde foram Fixados os Alimentos,

com Pedido de Expedição de Ofício ao Empregador do Executado; Cumprimento de Obrigação de Prestar Alimentos com uma

Execução de Alimentos com Pedido Penhora no caso de não Pagamento; Cumprimento de Obrigação de Prestar Alimentos com

uma Petição Requerendo a Continuidade da Execução de Alimentos, após Prisão do Executado, pelo Rito da Penhora de Bens –

arts. 831 a 909 do CPC.

AÇÃO DE ADOÇÃO, GUARDA, INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

Ação de Adoção com uma Ação Requerendo a Adoção de Menor Órfão; Pais Desconhecidos; Ação de Adoção com uma Ação Requerendo a Adoção de Menor com a Concordância dos Pais Naturais; Ação de Adoção com uma Ação Pedindo a Adoção de Pessoa Maior; Mãe Natural em Lugar Incerto ou Não Sabido; Ação de Adoção com uma Ação Buscando a Adoção de Filho da Companheira não Registrado pelo Pai Natural; Ação de Interdição com uma Ação onde a Mãe Requer Interdição da Filha que Sofre de Problemas Mentais; Ação de Interdição com uma Ação onde o Interditado requer o Levantamento da Interdição; Ação de Interdição com uma Petição Requerendo a Substituição do Curador em Razão de Falecimento; Ação de Interdição com uma Ação Requerendo a Remoção de Curador; Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos com uma Ação de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos Movida por Requerente Menor; Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos com uma Ação investigação de Paternidade Post Mortem; Ação de Modificação de Guarda com uma Ação onde a mãe pede Modificação de Guarda, Exoneração e Cobrança de Alimentos; Ação de Regulamentação de Guarda com uma Ação de Guarda Movida pela Avó Paterna contra os Pais Naturais; Ação de Regulamentação de Guarda com uma Ação de Guarda pelo Rito da Jurisdição Voluntária – não há Requerido; Ação de Regulamentação de Guarda com uma Ação de Guarda Movida pela mãe em Face do Genitor; Ação de Tutela; Medida Cautelar de Busca e Apreensão de Menor (“Ação de Busca e Apreensão de Menor”).

AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CASAMENTO, DIVÓRCIO, UNIÃO ESTÁVEL

Ação de Regime Alteração de Bens; Ação de Anulação de Casamento; Ação de Arrolamento; Ação de Conversão de Separação em Divórcio com uma Conversão Requerida Unilateralmente; Ação de Conversão de Separação em Divórcio com uma Conversão Requerida Conjuntamente; Ação de Divórcio Consensual com uma ação de Divórcio Consensual com acordo sobre Guarda, Alimentos e Partilha de Bens; Ação de Divórcio Litigioso com um Pedido Liminar de Guarda e Alimentos; Ação de Justificação com uma Ação Buscando Documentar o Fim da União Estável; Ação de Justificação com uma Ação buscando Documentar a União Estável para Fins Previdenciários; Ação Dissolução de Reconhecimento de União Estável com uma Ação Buscando o Reconhecimento e Dissolução de União com Filhos e Bens; Petição Requerendo Restabelecimento de Sociedade Conjugal; Petição Requerendo Sobrepartilha.

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL, PAGAMENTO, TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Ação de Adjudicação Compulsória; Ação de Alvará Judicial com uma Ação Pedindo Autorização para Vender Imóvel de Incapazes; Ação de Consignação de Aluguel; Ação de Consignação em Pagamento com um Pedido de Consignação feito em Razão da Recusa do Credor em Receber o Valor Pactuado; Ação de Despejo por Falta de Pagamento com uma Ação de Despejo por Falta de Pagamento em Locação Garantida por Fiançador; Ação de Execução Arrimada em Título Extrajudicial com uma Execução Arrimada em Cheque; Ação de Execução Arrimada em Título Extrajudicial com uma Execução Arrimada em Contrato de Honorários Advocatícios; Ação de Exigir Contas com uma Ação Cobrando Contas de Advogado Que Levantou Dinheiro do Mandatário; Ação de Exigir Contas com uma Ação Cobrando Contas de Genitor que Levantou Indevidamente Dinheiro dos Filhos; Ação de Extinção de Condomínio.

AÇÃO DE DANO INFECTO, DECLARATÓRIA, QUANTI MINORIS, EX EMPTO, EX VENDITO, INTERDITO PROIBITÓRIO

Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária; Ação de Dano Infecto; Ação Declaratória de Nulidade de Negócio Jurídico com Pedido de Sustação de Protesto e, no Mérito, Declaração de Nulidade de Títulos; Ação Declaratória de Nulidade de Negócio Jurídico com Pedido de Declaração de Nulidade de Títulos Emitidos e Indenização por Danos Morais; Ação de Despejo por Denúncia vazia; Ação Estimatória ou Quanti Minoris com Ação Requerendo Abatimento do Preço em Razão de Vício Redibitório; Ação Ex Empto ou Ex Vendito com uma Ação Requerendo Complemento da Área ou Abatimento do Preço; Ação de Extinção de Fiança; Ação de Indenização por Perdas e Danos com uma Ação Declaratória de Nulidade de Negócio Jurídico Cumulada com Pedido de Danos Morais; Ação de Interdito Proibitório; Ação Monitoria com uma Ação Cobrando Mensalidades Escolares não Pagas; Ação de Obrigação de Fazer; Ação de Rescisão Contratual Cumulada com Indenização por Perdas e Danos; Ações Consumeristas com uma Ação Nulidade de Negócio Jurídico Cumulada com Danos Morais – Contrato Bancário.

AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA, ORDINÁRIA, ESPECIAL URBANA, MANUTENÇÃO DE POSSE, NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA

Ação de Demarcação de Terras Particulares; Ação de Divisão com uma Ação Requerendo Divisão de Propriedade Comum, Adquirida por Herança; Ação de Inventário com uma Petição Requerendo a Abertura de Inventário; Ação de Manutenção de Posse; Ação de Nunciação Obra Nova; Ação de Reintegração de Posse com uma Ação Buscando Reintegração de posse em Face de Terceiros que Invadiram uma casa; Ação Reivindicatória; Ação Renovatória de Locação; Ação de Retificação de Registro Público com uma Ação buscando o Acréscimo de Novo Sobrenome do Pai; Ação Revisional de Aluguel; Ação de Usucapião Especial Urbana; Ação de Usucapião Extraordinária; Ação de Usucapião Ordinária.

EMBARGOS, HABEAS CORPUS, MEDIDA CAUTELAR: Embargos à Execução; Embargos de Terceiro com Embargos de Terceiro buscando Liberação de Veículo Bloqueado em Execução; Habeas Corpus; Mandado de Segurança Individual contra ato de Concessionária de Serviço Público; Mandado de Segurança Individual contra ato de Reitor que nega a entrega de Diploma de Conclusão de Curso em Razão do aluno ter Débitos Pendentes; Medida Cautelar de Arrolamento de Bens; Medida Cautelar de Busca e Apreensão de Menor (“Ação de Busca e Apreensão de Menor”); Medida Cautelar de Exibição.

DECLARAÇÃO DE POBREZA, MEMORIAIS, HABILITAÇÃO, PROCURAÇÃO, CONTRATO DE HONORÁRIOS

Declaração de Pobreza; Petição Arrolando Restemunhas; ROL DE TESTEMUNHAS; Petição Arrolando Testemunhas - Carta que o Advogado deve Enviar para as Pessoas que Arrolou como Testemunhas, a fim de lhes dar Conhecimento da Audiência; Petição

Oferecendo Memoriais (alegações finais); Petição Requerendo Habilitação; Procuração Ad Judicia (mandato judicial) – Pessoa Jurídica; Procuração Ad Judicia (mandato judicial) – Pessoa Física; Procuração Ad Judicia (mandato judicial) – Substabelecimento; Procuração Ad Judicia (mandato judicial) - Petição Renunciando ao Mandato Judicial a Pedido; Contrato de Honorários Advocatícios. RECURSOS: AGRAVO, APELAÇÃO, EMBARGOS, ESPECIAL, JUSTIÇA ESPECIAL CÍVEL: Recurso de Agravo de Instrumento; Recurso de Agravo de Instrumento – Contrarrazões de Agravo de Instrumento; Recurso de Apelação; Recurso de Apelação – Contrarrazões; Recurso de Embargos de Declaração – Contra Sentença; Recurso de Embargos de Declaração – Contra Decisão Interlocutória; Recurso Especial; Recurso Inominado – JEC; Recurso Inominado – JEC – Contrarrazões; Recurso Ordinário.